

Índice

A face oculta do consumo	1
Mitumba, moda em segunda mão para África	4

A face oculta do consumo

Depois de comprar e usar ou consumir, deixamos para trás uma extensa pegada. Sacos de plástico, restos de comida, roupa usada, aparelhos que funcionam, mas que não são do último modelo... E isso não acontece somente nos países ricos: o lixo é um problema maior nos pobres. Contudo, nuns e noutros multiplicam-se as iniciativas para reciclar, reutilizar, prolongar a duração dos artigos, reduzir descargas. Grande parte do que abandonamos tem uma segunda vida.

A Grande Ilha de Lixo no Pacífico, formada por um imenso acumular de resíduos aglomerados pelas correntes, é um mito. Mas 8 milhões de toneladas de plástico por ano acabam nos oceanos, segundo uma estimativa do Fórum Económico Mundial.

Uma quantidade ainda maior é lançada em terra firme. Os norte-americanos deitam no lixo 100 milhões de sacos de plástico por ano. Eles constituem grande parte da produção de plástico, que, de 2010 a 2014, cresceu nesse país 33 %. Em parte, isso deve-se ao aumento da extração de petróleo, graças ao *fracking*, que embarateceu a matéria-prima.

Não é algo apenas dos ricos. Costuma-se dizer que a procura de plástico sobe de 1,5 a 2 vezes mais depressa do que o PIB. À medida que os países em desenvolvimento melhoram o nível de vida e se urbanizam, recorrem mais a esse material. O Quênia aproxima-se já dos 300 milhões de sacos novos por ano, embora em unidades por habitante, essa quantidade seja oito vezes menor do que a da UE.

Ora, mesmo que o seu nível de consumo seja inferior, nos países em desenvolvimento existem enormes cidades e pouca reciclagem, tendo por isso os maiores aterros do mundo. Lagos (Nigéria) produz 10 000 toneladas de resíduos diários, dos quais quinhentos trabalhadores tratam manualmente menos de um terço. Ghazipur, gigantesca lixeira de Delhi, recebe 3500 toneladas por dia e acumula já quase 10 milhões de toneladas.

Sucata tecnológica

Grande parte das descargas é matéria orgânica, pois no mundo desperdiça-se de um quarto a um terço dos alimentos, calcula o Banco Mundial ("[Aceprensa](#)", 7.3.2014). Nos países em desenvolvimento, as perdas são quase todas na produção, no armazenamento e no transporte. Pelo contrário, nos países desenvolvidos, a maior parte (61 %) tem origem nos consumidores (particulares, restaurantes...).

Há também muita sucata tecnológica. Segundo um [estudo da Universidade das Nações Unidas](#), em 2014, foram para o lixo quase 42 milhões de toneladas de equipamentos elétricos e eletrónicos, 23 % mais do que em 2010. Naturalmente, há enormes diferenças entre lugares: a média mundial, 6 kg por habitante, situa-se entre os 1,7 kg de África e os 22 kg dos Estados Unidos. Mas alguns países em desenvolvimento têm mais lixo eletrónico do que aquele que geram, pois os países ricos exportam para eles parte do seu lixo ("[Aceprensa](#)", 24.6.2014), nem sempre de modo legal.

No mundo desenvolvido, parte dos resíduos eletrónicos (15 % ou pouco mais) é tratada pelos sistemas formais de recolha.

Isto exige trabalho manual para desmontar os aparelhos; a seguir, recuperam-se os metais, plásticos e baterias, e, no final, resta um resíduo inútil que é queimado ou descarregado. Mas nos países pobres é comum uma reciclagem de pior qualidade, mais perigosa para os operários, e também para a população, porque se acaba por verter materiais tóxicos, como metais pesados ou dioxinas emitidas pela incineração de PVC a temperatura relativamente baixa. Os países da África meridional e oriental, que sofreram isso durante anos, começaram a tomar medidas contra o derrame e a importação ilegal. O problema, conseqüentemente, deslocou-se para a parte ocidental do continente, onde ainda existe menor rigor. Assim, pensa-se que à Nigéria chegam 100 000 kg por ano.

Peças de vestuário efêmeras

As compras mundiais de roupa aumentaram de 8 para 13 kg por pessoa desde o ano 2000. Isso não significa necessariamente que vistamos melhor. Sem entrar em avaliações de ordem estética, a *fast fashion* (moda rápida), que permite renovar o vestuário várias vezes por temporada sem necessidade da pessoa ser uma estrela de cinema, cria um problema ecológico. Enche os aterros com peças de vestuário efêmeras, que o são não apenas porque em pouco tempo se tornam *démodées*, como igualmente pela sua pior qualidade, com muita fibra sintética; de facto, esta representa já dois terços das vendas mundiais da indústria têxtil. A produção de tais tecidos multiplicou-se por quase vinte desde os anos oitenta, muito mais do que a população. Como os resíduos de roupa usada: nos Estados Unidos, duplicaram em vinte anos, até aos 14 milhões de toneladas anuais.

Os tecidos artificiais demoram muito a biodegradar-se e é difícil e dispendioso reciclá-los. Têm, além disso, menos valor no mercado em segunda mão e, por isso, fizeram baixar o preço e a taxa de recolha de roupa usada. A reciclagem de fibras naturais também não vai muito longe, devido aos processos químicos a que são submetidas para que se façam peças de vestuário com elas (branqueamento, tingimento, estampagem, impermeabilização...).

É mais fácil atrasar a chegada ao aterro ou à incineradora convertendo a indumentária abandonada em trapos para usos industriais, ou triturando-a para que sirva de isolante na construção civil. Nomeadamente, a que se encontra em bom estado é revendida com desconto. África é o grande mercado de roupa em segunda mão, importada do Ocidente, com a qual se veste grande parte da população.

Esse comércio alimenta-se sobretudo de excedentes, mas também de peças de roupa que os compradores não chegaram a usar porque as devolveram. Este último aspeto acontece igualmente com muitos outros artigos. Nos Estados Unidos, as devoluções equivalem a aproximadamente 8 % das vendas do comércio retalhista. A percentagem é maior nas compras pela Internet: até 30 % na campanha do Natal.

Iniciativas

A avalanche de desperdícios não é imparável. Estão a ser aplicadas inúmeras iniciativas, públicas ou privadas, para contê-la. Uma atacam o problema na produção, para limitar excedentes; outras, no consumo, para reduzir os resíduos; outras ainda, no tratamento de resíduos, para favorecer a reciclagem e a reutilização.

No caso dos alimentos, na primeira fase, atua o [Vital Fields](#), um sistema comercial de controlo de produções, que incorpora grande quantidade de dados e os processa, para evitar tanto perdas como excedentes. O [XSense](#), da empresa israelita BT9, vigia com sensores as condições a que estão submetidos os alimentos durante o transporte, outra fase em que se geram desperdícios.

Nos pontos de venda, um problema é o dos produtos não vendidos que se encontram próximos da data limite de consumo preferencial. Mas é sabido que o prazo é fixado com grande margem de segurança, e que uma vez passado, os alimentos ainda se podem comer sem perigo. Por isso, desde o ano passado, a França proíbe os supermercados de deitar fora os produtos comestíveis próximos de caducar, assim como de os estragar deliberadamente para impedir que sejam aproveitados e fazer baixar as vendas. Têm que doá-los a um banco alimentar ou a outra organização de beneficência. Também em 2016, a Itália aprovou uma medida com o mesmo objetivo; no seu caso, são descontos fiscais por se doar.

Na Dinamarca, a cadeia de lojas WeFood vende exclusivamente, sob licença das autoridades, alimentos caducados ou com embalagens danificadas (["Aceprensa", 11.3.2016](#)).

Outras soluções recorrem à tecnologia para facilitar a colocação de alimentos excedentes. A aplicação [Olio](#), nascida nos Estados Unidos, liga em rede os vizinhos e os estabelecimentos comerciais de um bairro, para vender ou intercambiar as sobras. Restaurantes e cafés dinamarqueses oferecem as suas ao público com interessantes descontos através de outra aplicação, chamada [Too Good To Go](#). A rede [FoodCloud](#) estabelece a comunicação entre supermercados – mais de 700 no Reino Unido – e bancos alimentares e albergues que podem aproveitar os produtos que não se venderam. Analogamente, a *web* sueca [Matsmart](#) é um estabelecimento comercial de excedentes alimentares a baixo preço. Tudo isto mostra que para grande parte da comida sobranada existem outros destinos possíveis diferentes do aterro.

Milhões de sacos

Contra a proliferação de sacos de plástico avançam proibições ou taxas, como as que se estendem pela Europa ("[Ace-prensa](#)", 23.12.2016). Vários países da UE não permitem aos supermercados e a outros estabelecimentos disponibilizar sacos aos clientes. Na Grã-Bretanha, desde que foi obrigatório cobrá-los a 5 pence, diminuíram espetacularmente nos primeiros seis meses: de 7600 milhões de unidades em 2014 nas sete maiores cadeias, para 640 milhões. A França, por seu turno, não permite entregar sacos com menos de 10 litros e exige que as louças de um só uso sejam feitas com pelo menos 50 % de material biodegradável.

Já vimos que também em África o plástico é um problema; igualmente aí tomam medidas. O Ruanda é o primeiro país do continente que proibiu os sacos deste material, em 2008. O Quênia quis fazer o mesmo antes, em 2007, e voltou a tentá-lo quatro anos depois; mas teve de renunciar devido à oposição interna e à incapacidade para fazer cumprir a ordem. Este ano voltou a anunciá-la. O precedente ruandês não é um sucesso completo: continuam a circular sacos de plástico pelo país, introduzidos ilegalmente a partir do Congo. O Quênia não tem melhores possibilidades de fechar as fronteiras ao contrabando.

E, nos Estados Unidos, iniciou-se um retrocesso na batalha contra os sacos de plástico, não só devido ao mencionado embaratecimento da matéria-prima. Há dezenas de cidades, como São Francisco, que os proibiram, e outras – entre elas, Nova Iorque e a capital federal – impuseram-lhes taxas. Mas seis estados aprovaram leis contra tais proibições. Teve influência a campanha da indústria do plástico, com o argumento de que os vetos municipais aos seus produtos põem em perigo milhares de empregos.

Reparar em vez de destruir

Também existe uma espécie de *fast fashion* em eletrónica: são fabricados aparelhos de vida curta, ou que não se reparam, ou em que os utentes passam em seguida para o último modelo. Daí as tentativas de que as engenhocas que usamos durem mais.

Desde 2014, a França combate a obsolescência programada. Os fabricantes de eletrodomésticos têm de declarar quanto tempo vão durar os seus produtos e até que data disponibilizarão peças de reposição.

A Suécia tem em projeto uma baixa do IVA, de 25 % para 12 %, relativamente aos trabalhos de reparação. Pretende aliviar a dificuldade de que, tirando o caso de máquinas de preço elevado – um automóvel, uma caldeira... –, muitas vezes é mais caro consertar um aparelho do que substituí-lo por um novo.

Contra isso também surgiram iniciativas de cidadãos como [Restart Project](#) (Londres), uma rede de voluntários que reparam e ensinam a reparar aparelhos, e promovem a reciclagem dos que não têm conserto. Para isso, organizam reuniões aonde as pessoas levam os seus aparelhos danificados: placas, telefones, rádios, aparelhos de ar condicionado... com qualquer defeito que esteja ao alcance de um amador habilidoso.

"Long fashion"

Contra a *fast fashion*, certas marcas disponibilizam peças de vestuário de elevada qualidade e longa duração, mas muito caras: um luxo ao alcance de poucos que contribui escassamente para diminuir os resíduos ("[Aceprensa](#)", 15.4.2016). Existem modos mais acessíveis de fazer durar a roupa, como conta o "[The Wall Street Journal](#)" (16.2.2017).

Pega-se nuns modestos *jeans* para rapariga comprados a 10 dólares e, depois de desfrutá-los durante algum tempo, corta-se nas pernas deixando as bordas desfiadas, descolaram-se com lexívia, decoram-se com uns broches e vendem-se por 75 dólares através da Poshmark, uma aplicação para a revenda de roupa usada muito popular entre adolescentes norte-americanos. Esse e outros estabelecimentos comerciais semelhantes, como a Vinted ou a ThredUp, alcançaram um volume de vendas de 2000 milhões de dólares.

Pode-se discutir se esta reciclagem caseira trava o consumo ou o sublima, mas pelo menos atrasa a chegada ao aterro de muitas peças de vestuário, dando-lhes uma segunda vida noutros armários. De facto, nos Estados Unidos, baixou a despesa total em roupa juvenil, enquanto subiu nas restantes categorias.

Mas o grande desafio para reduzir o lixo de vestuário é reciclar. A isso lançaram-se empresas do setor como a H&M, a Levi's ou a Patagonia, que começaram a oferecer peças feitas em parte com algodão reciclado. A H&M tira-o das peças usadas que os clientes depositam em contentores das lojas, e em troca são premiados com vales. Mas não consegue, na sua Conscious Collection, mais de 20 % de fibra recuperada; a Levi's não quis tornar público a quanto chega; a Patagonia perde dinheiro, conscientemente, com o seu projeto.

Ética do consumo

De todas essas iniciativas, umas são leis e regulamentos públicos; no entanto, também existem no setor privado, inclusivamente de simples particulares que tiveram uma ideia e a puseram em prática. Isto sugere fazer baixar o problema

dos resíduos do plano geral para o da responsabilidade pessoal. Que se pode fazer para contribuir a que haja menos lixo?

Poderíamos começar por nos interrogar se não deveríamos consumir menos. No caso dos telemóveis, deve resistir-se ao chamamento do “último grito” e fazer durar mais aquele que possuímos antes de o trocar por outro com novas prestações que talvez não sejam assim tão necessárias.

As enormes devoluções no comércio pela Internet revelam, em parte, uma atitude dos consumidores que poderia mudar. Muitos aproveitam a facilidade de encomendar e a garantia de recuperar o dinheiro se o artigo não os satisfaz para comprar com ligeireza: fazem encomendas até várias tamanhos de uma peça para devolver as que não sirvam. Essa comodidade tem consequências, pois a previsão de devoluções chega a colocar mais unidades no mercado e, nalguns casos, os artigos devolvidos são retirados ou destruídos para não prejudicar a marca.

Lançar aparelhos nos aterros sem tentar repará-los é outra prática que seria bom abandonar. Também conviria renovar o vestuário com moderação, mesmo que a *fast fashion* permita e estimule outra coisa.

Por último, consumir é um ato de relevância ética, que revela os princípios e valores da pessoa. Como diz o Papa Francisco na encíclica “Laudato si” (n. 211): “Comportamentos que têm uma incidência direta e importante nos cuidados com o ambiente, como evitar o uso de material plástico e de papel, reduzir o consumo de água, separar os resíduos, cozinhar apenas o que razoavelmente se poderá comer, tratar com cuidado os restantes seres vivos, utilizar transportes públicos ou partilhar um mesmo veículo entre várias pessoas, plantar árvores, apagar as luzes desnecessárias (...) O facto de reutilizar algo em vez de lançá-lo rapidamente nos aterros, a partir de motivações profundas, pode ser um ato de amor que expresse a nossa própria dignidade”.

R. S.

Mitumba, moda em segunda mão para África

Muitos africanos vestem roupa usada ou não vendida nos países ocidentais, recolhida na sua maior parte por organizações humanitárias, ou por empresas que se dedicam à recuperação para o mercado em segunda mão.

“Mitumba” (fardos, em swahili) é como se designa esta mercadoria na África Oriental, o principal destino. As importações de

peças em segunda mão cresceram muito na zona ao longo das duas últimas décadas. Em 2015, alcançaram um valor de 150 milhões de dólares. Além de vestir as pessoas que têm poucos rendimentos, a *mitumba* dá trabalho a transportadores, grossistas e vendedores. Gikombo, em Nairobi, provavelmente o maior mercado ao ar livre de *mitumba* em toda a África, alimenta 65 000 pessoas, que podem ganhar o equivalente a 9 euros diários, dez vezes mais do que o salário médio na zona.

A *mitumba* acabará em 2019, se a Comunidade da África Oriental, união aduaneira composta por cinco países (Burundi, Quênia, Ruanda, Tanzânia e Uganda), implementar o seu plano de proibir as importações de roupa em segunda mão. O objetivo é fazer renascer a indústria têxtil própria, que nos anos 70 empregava meio milhão de pessoas e hoje praticamente desapareceu. A partir dos anos 80, com a crise da dívida, os países africanos tiveram de abandonar as suas políticas protecionistas, e as empresas nacionais não tiveram a possibilidade de enfrentar a concorrência.

Será necessário que a perda de empregos causada pelo fim da *mitumba* seja compensada com outros novos e melhor pagos em fábricas. Mas a proibição não o conseguirá sozinha, [adverte Andrew Brooks](#), autor de um livro sobre o tema (“Clothing Poverty: The Hidden World of Fast Fashion and Second-Hand Clothes”). De pouco servirá terminar com a *mitumba* que vem do Ocidente, se for substituída por roupa nova barata proveniente da Ásia. Haverá que controlar as fronteiras, dar incentivos às exportações, assim como melhorar as infraestruturas de fornecimento, produção e distribuição. E a proibição deve ser gradual, para que não se ressintam tanto os bolsos dos pobres que compram *mitumba*.

Para eles, a *mitumba* significou uma melhoria real, embora de outro ponto de vista pareça injusto que as sobras do consumo nos países ricos inundem os mercados dos países pobres e façam afundar a sua indústria. No entanto, a indústria africana servia mal os pobres: era ineficiente, fonte de lucros para políticos corruptos e produzia roupa cara, disse à “Aceprensa”, Javier Aranguren, que conhece a situação por ter vivido no Quênia. “A diferença, desde que existe a *mitumba*”, salienta, “é que as pessoas no Quênia vestem bem e já não usam fatos velhos e esfarrapados”.

R. S.